



AQUILES WALBERT GAMBOGI

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
ATUALIDADE**

LAVRAS - MG

2021

AQUILES WALBERT GAMBOGI

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
ATUALIDADE**

Monografia apresentada a Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências curso de
Graduação em Administração Pública.

Orientador(a): Luís Fernando Silva Andrade

LAVRAS - MG

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

FICHA CATALOGRÁFICA

GAMBOGI, AQUILES WALBERT.

A Importância das Políticas Públicas na Educação Infantil na Atualidade / AQUILES WALBERT GAMBOGI. - 2021.

31 p.

Orientador(a): LUIS FERNANDO SILVA ANDRADE.

Monografia (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2021.
Bibliografia.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. EDUCAÇÃO INFANTIL. 3. DESENVOLVIMENTO ESCOLAR. I. ANDRADE, LUIS FERNANDO SILVA. II. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

AQUILES WALBERT GAMBOGI

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
ATUALIDADE**

Monografia apresentada a Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências curso de
Graduação em Administração Pública.

LAVRAS - MG

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, colegas de curso, tutores e professores que me acompanham nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade, aos meus familiares pelo apoio, aos tutores e professores pelo incentivo.

“Gravitar para a unidade divina, esse é o objetivo da Humanidade. Para atingi-lo, três coisas são-lhe necessárias: a justiça, o amor e a ciência; três coisas são-lhe opostas e contrárias: a ignorância, o ódio e a injustiça.”

(Paulo, o apóstolo - O Livro dos Espíritos, 1009. Allan Kardec)

RESUMO

A Educação Infantil é considerada hoje uma etapa importante da Educação Básica, passou a ser reconhecida como direito da criança, dever do Estado, mesmo sendo uma opção da família. Nesse cenário ocorreram mudanças sociais significativas que influenciaram importantes reformas no sistema educacional, além da preocupação com a organização e o funcionamento dos espaços que podem fazer parte de uma instituição de Educação Infantil, o que vem sendo fortalecido com o decorrer do tempo. Com isso, surgiu uma nova perspectiva e concepções em relação à infância, ao desenvolvimento, a educação, assim como o papel do Estado e da sociedade no que diz respeito a educação das crianças pequenas, estimulando renovações em seus antigos paradigmas, o que contribuiu significativamente para a elaboração de novas diretrizes de políticas e a elaboração de uma legislação educacional direcionada a concretizar essas mudanças. Mesmo com o surgimento de um aparato legal, tecnológico e científico com relação ao direito da criança a uma Educação Infantil de qualidade, tudo ainda é algo desafiador, principalmente em relação à realidade da maioria das escolas infantis no Brasil. Sendo assim, é de suma importância discutir o tema e analisar políticas públicas, e assim, entender o processo de elaboração e execução de projetos, programas e planos dos vários setores, além de estudar os processos políticos e os vários questionamentos científicos existentes em relação a educação das crianças nessa fase escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Direito. Infância.

ABSTRACT

Early Childhood Education is now considered an important stage of Basic Education, has come to be recognized as a child's right, a duty of the State, even though it is a family option. In this scenario, significant social changes occurred that influenced important reforms in the educational system, in addition to the concern with the organization and functioning of spaces that may be part of an early childhood education institution, which has been strengthened over time. From this, a new perspective and changes in conceptions in relation to childhood, development, education, as well as the role of the State and society in the education of young children, appearing, stimulating renewal of paradigms, which contributed to the drafting new policy guidelines and drafting educational legislation aimed at bringing about these changes. Even with the great legal, technological and scientific apparatus regarding the child's right to quality early childhood education, there are still many challenges regarding the reality of most children's schools in Brazil. Therefore, it is extremely important to discuss the topic and analyze public policies, and thus, understand the process of elaborating and executing projects, programs and plans of the various sectors, in addition to studying the political processes and the various scientific questions in relation to education of children in this school phase.

Keywords: Early Childhood Education. Right. Childhood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Educação Infantil.....	13
2.2	Políticas públicas e Educação infantil.....	16
3	METODOLOGIA.....	20
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	21
4.1	Principais avanços e limitações das polícias públicas de educação básica.....	22
4.2	A importância das Políticas Públicas para a Educação Infantil.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as instituições de Educação Infantil foram apontadas como um mal necessário, sendo um recurso ao qual os pais recorriam em casos de extrema necessidade. Esse perfil refletiu algumas atribuições, sendo da família o cuidado e a socialização, e ao Estado se direcionava a educação escolar dos maiores. Com o tempo, esse mal necessário foi cada vez mais tomando forma e surgiram algumas disparidades na área, como: objetivos da educação na infância, organização, perfil e formação profissional (HADDAD, 2002).

Segundo Cavalcante (2010) a Educação Infantil, sendo a etapa inicial da educação básica, passou a ser reconhecida como direito da criança, dever do Estado, mesmo sendo uma opção da família.

Nesse cenário ocorreram mudanças sociais significativas que influenciaram importantes reformas no sistema educacional, além da preocupação com a organização e o funcionamento dos espaços que podem fazer parte de uma instituição de Educação Infantil, o que vem sendo fortalecido com o decorrer do tempo (BRASIL, 2006).

Vale salientar que, mesmo diante de estatísticas que demonstram a precariedade da formação profissional nesse nível de ensino, muitas propostas de formação de professores de Educação Infantil buscam um perfil profissional, onde não se aceita mais a falta de qualificação para atender às funções relacionadas ao cuidado e educação no atendimento à criança (AZEVEDO; SCHNETZLER, 2002).

Diante disso, alguns documentos legais têm como base garantir o direito à Educação Infantil, como a Constituição Federal de 1988 (CF-88), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº. 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 2010).

É importante frisar que por muitos anos o panorama apresentado era a discriminação das crianças, com direitos negados e exclusão social, que ainda se prolonga de geração em geração no Brasil, precisando ser combatidos com uma política que promova inclusão, combata a miséria e coloque a Educação como um direito de todos. Assim, o Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, aponta que a sociedade tem o dever de dar o melhor dos seus esforços para as crianças. E ainda, nesse interim, a Constituição Federal, em seu art. 227, determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990, s/p).

Ao Estado é competente formular políticas e implementar programas que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, complementando a ação da família. Diante disso, a educação das crianças de 0 a 6 anos, foi afirmada como um direito, ganhando status social, prestígio político e presença garantida no quadro educacional brasileiro (BRASIL, 2003).

Kramer (2011) corrobora citando que a partir deste novo contexto a sociedade passou a exigir uma melhoria na qualidade da educação, assim como a garantia de acesso à proteção, desenvolvimento e atenção às crianças e adolescentes, tornando a educação o centro de debate das políticas públicas.

A partir desse novo contorno, surge uma nova perspectiva e mudanças de concepções com relação à infância, envolvendo novos paradigmas em relação ao desenvolvimento, a educação, assim como o papel do Estado e da sociedade para com a educação das crianças pequenas, contribuindo assim, para a elaboração de novas diretrizes de políticas, assim como uma legislação educacional dirigida a concretizar essas mudanças (RODRIGUÊS, 2013).

No entanto, mesmo diante desse grande aparato legal, tecnológico e científico com relação ao direito da criança a uma educação infantil de qualidade, ainda estão presentes muitas discrepâncias entre o que foi regulamentado e a realidade da maioria das escolas infantis no Brasil (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Por isso, pode-se dizer que é um tema tão importante, gerando discussões no âmbito das políticas públicas, e assim, trazer ao conhecimento o processo de elaboração e execução de projetos, programas e planos para a educação, além de buscar informações sobre os processos políticos e os vários questionamentos científicos existentes em relação a educação de crianças menores de 6 anos.

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura sobre o estado da arte das políticas públicas de educação infantil no Brasil.

O trabalho inclui, além desta Introdução, onde será apresentado o tema, o Referencial Teórico, onde o assunto será explanado de forma mais extensa, em que são abordadas a educação infantil, as políticas públicas de educação infantil e sua importância para o contexto brasileiro. Em seguida será apresentada a Metodologia, em que são explicitados os meios ou instrumentos pelos quais foi realizada a pesquisa e coleta de dados, e assim, trazer então os Resultados e Discussão, por fim, as Considerações Finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil em sua trajetória como etapa educacional é um evento recente, quando comparada aos demais níveis da educação básica. Com o tempo muitos movimentos caminharam para esse reconhecimento, o que se iniciou com a Constituição Federal de 1988, que é considerado um conjunto normativo regulador que contribui para orientar a recente expansão dessa oferta no campo educacional, como parte do ordenamento legal educacional (FLORES; PERONI, 2018).

De acordo com Martins (2010), a educação infantil é cuidada através de funções sociais diferenciadas que varia entre o assistencialismo, qualificado por um atendimento restrito a um protótipo de educação compensatória – preparatória e podendo também chegar a um atendimento pedagógico que favorece uma visão mais ampla de ensino/aprendizagem. O objetivo em que as Políticas Públicas se compõem, seria ao encontro dos protestos políticos e sociais, na experiência de amparar a população.

Segundo Rosemberg (2003) o primeiro entendimento parte da ideia que os países subdesenvolvidos, ainda precisavam universalizar a oferta de ensino fundamental, o atendimento às crianças de até seis anos de idade, sendo uma expansão da oferta de atendimento apontada como uma importante via para combater a pobreza, em especial, a desnutrição em países subdesenvolvidos.

Essas propostas chegaram ao Brasil durante o regime militar em um cenário de pouca condição de questionamento, acompanhada de uma insuficiência de preparação e experiências, assim como a falta de profissionais habilitados. Com o fim da ditadura militar, e a novidade de movimentos democráticos da década de 80, as crianças pequenas passaram a ser defendidas como sujeitos de direitos, incluindo-se, entre estes, a educação, assegurado pela CF-88 (FLORES; PERONI, 2018).

A partir do ECA-90 as crianças receberam um lugar de centralidade no sistema de garantia de direitos e nos anos posteriores, a Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação (MEC) propôs uma Política de Educação Infantil, onde se defendia a superação dos modelos de baixo custo, buscando como objetivo a preconização de uma formação em nível médio ou superior para as profissionais em atuação na área (ROSEMBERG, 2003).

Em 1994 foram adotadas algumas medidas no plano econômico sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), buscando a priorização de investimentos no ensino e a

adoção de modelos de baixo custo para o atendimento às crianças menores de seis anos de idade, na busca por atender as famílias com baixa renda e baixo índice de escolaridade (FLORES; PERONI, 2018).

Nos anos 90, após oito anos de discussão no Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394/96) reconheceu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Em seguida, a Emenda Constitucional n. 53/07 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado pela Lei n. 11.494/07, onde se dispõe sobre a remuneração das matrículas para toda a educação básica (SANTOS, 2015).

Mesmo com a inclusão da Educação Infantil nesse Fundo, os recursos repassados aos municípios, responsáveis prioritários pela oferta de Educação Infantil de acordo com a Constituição Federal de 1988, não contemplam a integralidade dos insumos necessários, principalmente no que diz respeito ao atendimento para crianças de até três anos de idade, sendo que, as condições adequadas de infraestrutura das instituições e o número de profissionais, exigem investimentos maiores (FLORES; PERONI, 2018).

Mesmo diante de tantas dificuldades, ainda estão presentes transformações importantes na estrutura da Educação Infantil desde as primeiras instituições voltadas para o atendimento dessa faixa etária, que foram sendo melhoradas a partir de reivindicações da população, que lutaram por uma assistência e educação dos pequenos, além de buscar uma nova concepção de paradigmas educacionais, influenciado novos estudos e pesquisas nesta área (CORREA, 2011).

Diante disso, por muito tempo, percebe-se uma busca pelo reconhecimento do direito à Educação Infantil nos dispositivos legais, o que já ocorre por mais de duas décadas, onde a Coordenação da Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (COEDI/SEB/MEC) vem buscando induzir à implementação de políticas educacionais no âmbito dos estados e municípios, priorizando qualidade e apoiando novas pesquisas que direcionadas aos sistemas de ensino (FLORES; PERONI, 2018).

Pode-se dizer ainda que a Educação Infantil é marcada por uma dicotomia nas práticas sociais de sua implementação, onde as creches eram direcionadas ao atendimento de crianças de famílias mais humildes, e os chamados jardins de infância, ou pré-escola, eram parte de instituições particulares frequentadas pelas crianças mais ricas. Por muito tempo, a Educação Infantil para muitos era entendida apenas como um suporte para as famílias trabalhadoras, onde a escola era responsável pela higiene e saúde dos pequenos, na ausência da família (MEDEIROS; NOGUEIRA; BARROSO 2012).

Lucas e Machado (2012) apontam que as últimas décadas da história da educação do país ocorreram transições significativas para a história de Educação Infantil, sendo um período marcado por lutas democráticas direcionadas a educação pública, especialmente no que diz respeito a Educação Infantil, ampliando a demanda e a oferta, onde a educação passou a ser tratada como um direito fundamental.

As Políticas Públicas que regem a Educação Infantil pontuam a importância na assistência ao desenvolvimento das crianças, como aponta Rosemberg (2012, p. 15).

A educação e o cuidado da criança pequena, ao deixarem de ser concebidos como encargos restritos da esfera privada, passaram ser objeto de normatização científica, de regulamentação e controle estatais, de inclusão ou não na agenda de movimentos sociais e, portanto, um capítulo das políticas públicas, suscitando reivindicações, disputas e negociações por concepções e recursos entre atores sociais.

Com isso, a infância passou a ser reconhecida como uma fase de suma importância, com direitos a assistência à saúde e educação, e ainda, passou por um processo de transformação ideológica com relação à valorização do papel da criança na sociedade, mudança que só ocorreu no século XX (GOMES; COSTA FILHO, 2013).

Segundo Costa; Oliveira (2011) a Educação Infantil no Brasil foi marcada por muito tempo pela falta de compromisso do poder político para com a educação nesta fase da criança, onde não se tinha preocupação efetiva com o desenvolvimento integral das crianças, onde a assistência era prestada por instituições sem vínculos educacionais.

Dessa forma, a formação de profissionais de Educação Infantil passou a ser discutida com maior vigor, em virtude das especificações da LDB nº. 9.394/1996, que propôs em seu artigo 87, § 4º a admissão somente de professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (BRASIL, 1996).

E ainda, a Resolução n.º 3/1997 do Conselho Nacional de Educação - CNE, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração do Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, retoma o que está determinado no art. 62 da Lei nº 9.394/1996, a respeito do exercício da docência na carreira do magistério, exigindo como qualificação mínima para a docência na Educação Infantil (BRASIL, 1997, p. 95):

As políticas públicas de atendimento à infância não podem ser analisadas isoladamente de outras políticas que afetam direta ou indiretamente à família e que têm por objetivo possibilitar aos indivíduos serem e sentirem-se bons e satisfeitos enquanto pais, trabalhadores, cidadãos e, enfim, seres humanos dignos.

Segundo Nascimento (2012) diante das muitas mudanças e obrigações legais assumidas pelo sistema público de educação, se fez necessário uma transformação da prática de assistência para prática educativa, através de uma docência com formação mínima para atuação em creches, e assim como para a atuação na pré-escola, sendo responsabilidade do próprio município a criação de meios para a formação continuada do professor atuante.

Tudo isso só pode se tornar realidade por meio de estratégias de políticas públicas, assim como a busca por qualidade dos serviços prestados na primeira etapa da educação brasileira, considerando sua relevância para o desenvolvimento integral da criança pequena. Com base nisso, foi elaborado o Plano Nacional de Educação, que estabelece metas a serem cumpridas até 2020 para a melhoria da educação, abrangendo todos os níveis de ensino, em especial a educação infantil (MEDEIROS; NOGUEIRA; BARROSO, 2012)

A mudança do perfil social, além das exigências de uma nova sociedade que se desenhava à luz do processo de industrialização, vem despertando o interesse das comunidades científicas na área da Educação Infantil, na busca por analisar o processo de evolução da assistência educacional dentro do contexto brasileiro (MORGAN et al., 2014).

Quando se pensa na avaliação da qualidade da Educação Infantil, deve-se pensar nas oportunidades que esta oferece a criança para o seu pleno desenvolvimento, onde é errado pensar na Educação Infantil como uma fase de preparação para o ensino fundamental, quando na verdade é uma importante preparação para a vida (CAMPOS et al 2011).

Percebe-se assim, que a infância nem sempre foi compreendida como ocorre atualmente, como ocorre nas esferas políticas e educacionais. Na verdade, sua concepção foi sendo construída ao longo dos tempos, onde mudanças importantes são percebidas em relação à concepção de criança pequena, com a valorização da infância, especialmente para o atendimento voltado para essa criança.

2.2 Políticas públicas e Educação infantil

Em tempos atuais, o destaque é para um modelo de atendimento de crianças de até cinco anos de idade, onde há uma expansão da oferta a partir da ampliação do número de convênios entre municípios e instituições privadas, seja de caráter beneficente, filantrópico ou comunitário. Em muitos casos, a política de atendimento minimiza a responsabilidade do Estado, onde se prevalece o menor custo, promovendo assim uma fragilidade no que diz respeito aos princípios constitucionais basilares do direito à educação, como a qualidade, a gratuidade e a gestão democrática (SUSIN; MONTANO, 2015).

Dessa forma, há uma forte influência legislativa que é amparada por um conjunto de Leis articuladas entre si que buscam regulamentar a assistência às crianças e adolescentes, que tem como objetivo assegurar a qualidade nos serviços prestados na educação, garantindo assim, direitos fundamentais como alimentação, dignidade, liberdade, convívio familiar e social (GOMES; COSTA FILHO, 2013).

Kramer et al. (2011) pontua que todas as transformações ocorridas com relação a oferta da educação, em especial, aos menores de cinco anos, são resultantes das necessidades em se buscar a priorização da qualidade da assistência a esta faixa etária, onde precisa se valorizar o seu desenvolvimento integral, transformando a escola em um ambiente favorável para o atendimento dessas crianças.

Atrelado a isso se tem a iniciativa da sociedade civil, que mesmo que surjam como ação de caráter filantrópico ou beneficente, tem sido acompanhada por novos discursos, que reforçam argumentos do campo econômico e/ou das neurociências, onde se defende a educação e o empoderamento das famílias, trazendo à cena, os modelos não-formais de atendimento, que se somam a parcerias público-privadas, o que também não deixa de ser um importante adendo na busca por fazer valer as leis da educação (SUSIN; MONTANO, 2015).

Nesse processo, a LDB surge como resultado de uma reorganização nas estruturas políticas e econômicas do país, corroborando para um processo democrático na educação, que buscou principalmente, o reconhecimento e valorização da Educação Infantil, não apenas como a primeira etapa da educação, mas como a mais importante para o desenvolvimento intelectual, afetivo e motor de crianças, especialmente a partir dos 3 anos de idade (SILVA; PEREZ, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica brasileira, onde se reconhece o direito das crianças de até 5 anos ao seu desenvolvimento integral, complementando a intervenção da família (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a Educação Infantil pode ser subdividida em duas fases, crianças de 0 a 3 anos, onde o atendimento ocorre por meio de creches ou instituições equivalentes. No caso das crianças de 4 a 5 anos, é responsabilidade da pré-escola, onde o maior interesse é atender o público infantil de acordo com seus direitos estabelecidos por lei (BRASIL, 1996)

Segundo Kramer et al. (2011) toda a idéia que apoiou a legitimidade da educação para crianças de pouca idade sempre esteve baseada na fragmentação deste nível de educação em creches e pré-escolas durante seu processo histórico, no entanto, ele deve ser pensado como uma unidade educacional com objetivo comum, a reafirmação do ingresso da criança no

processo educacional brasileiro de forma equilibrada. Assim, a Educação Infantil passa a dividir sua responsabilidade social juntamente com a família e a sociedade em defesa da criança e de seu pleno desenvolvimento.

Outro fator de suma importância foram as mudanças sociais, que influenciaram reformas no sistema educacional, assim como a preocupação com a organização e o funcionamento dos espaços para atender a Educação Infantil. Além disso, preocupa-se com a formação de professores de Educação Infantil, visando um perfil profissional oposto àquele que perdurou por muitos anos, com professores sem qualificação para atender às funções indissociáveis de cuidado e educação no que diz respeito ao atendimento à criança (BRASIL, 2006).

A Educação Infantil foi se constituindo como direito social no decorrer da história, onde o termo infância (*in-fans*) tem o sentido de não fala, sendo uma representação da criança na Idade Média. Nesse período, a imagem da criança era representada através das pinturas e da arte, dos contos, das histórias e fábulas, onde a criança era colocada apenas como protagonista e espectadora da cultura e do meio onde estava inserida (OLIVEIRA, 2011).

Em relação ao cenário brasileiro, a instrução formal das crianças de 0 a 5 anos sempre esteve garantida na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 208, onde está assegurado a criança o direito à educação para todos. No inciso IV deste parágrafo encontra-se afirmado ainda que é dever do Estado garantir educação através do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2012).

Diante disso, como corrobora Silva e Peres (2012) o sistema público viu a necessidade de rever o planejamento, assim como melhorar seus instrumentos de intervenção na educação infantil, e ainda, passou a definir uma série de documentos que com o tempo passaram a servir como orientação e regulamentação da gestão a nível infantil.

Todos os avanços sociais, assim como as mudanças de concepção com relação ao papel da criança na sociedade, foram se criando um contexto histórico e diversas políticas voltadas para o atendimento às crianças de até seis anos de idade, culminando em discussões importantes entre Estado e sociedade (TEBET; ABRAMOWICZ, 2010).

Machado (2005) aponta ainda que o trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos de idade foi adquirindo reconhecimento e ganhando uma dimensão mais ampla no sistema educacional, voltando para um atendimento com ênfase no desenvolvimento de habilidades para o exercício da cidadania.

Busca-se assim, aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais, o que implica também atribuir um papel específico a pedagogia desenvolvida

nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil, onde é necessário captar necessidades que os bebês evidenciam mesmo antes que consigam falar, observar suas reações e iniciativas, interpretar desejos e motivações, sendo habilidades significativas que profissionais precisam desenvolver. Tudo isso envolve um interesse do profissional por buscar se inteirar por diferentes áreas de conhecimento, de acordo com cada faixa etária, a fim de melhorar o atendimento das crianças, envolvendo as atividades, o formato de organização do espaço, do tempo, dos materiais e dos agrupamentos (TIRIBA, 2005).

Segundo Zabalza (1998) é possível pontuar três finalidades básicas que podem mostrar como é possível uma Educação Infantil de qualidade:

- a) Escola voltada para a criança: onde a atenção é concentrada na identidade da criança, assim como sua condição de sujeito de direitos diversos, na consciência de si mesma e na relação com a sua família e a sua cultura de origem.
- b) Escola que favoreça experiências e conhecimentos: onde acredita-se que a atenção se concentra em alguns conteúdos significativos da experiência, envolvendo a educação linguística, motora, musical e científica.
- c) Escola que envolva a participação da comunidade: é preciso dar atenção à relação com as famílias e à gestão social, formando uma consciência autêntica e educadora.

Vale ressaltar ainda que as Políticas Nacionais de Educação Infantil (PNEI), regulador da qualidade de ensino nessa faixa etária, determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborem seus respectivos planos, a fim de legitimar os objetivos para ampliação de oferta de vagas para as crianças, além de buscar promover melhorias quantitativas e qualitativas das instituições que atendem a Educação Infantil (BRASIL, 2006).

O documento frisa ainda que a qualidade na Educação Infantil deve ser assegurada por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade, determinando ainda, em suas diretrizes, a integração entre os níveis de ensino, a formação dos profissionais competentes que atuem na Educação Infantil, envolvendo ainda o atendimento às crianças com necessidades especiais, (BRASIL, 2006).

O PNEI se propôs atender às crianças de 3 e 4 anos de idade até 2020, no entanto, para cumprir o que já é proposto na LDB/1996, é preciso modificar o acesso das crianças ao Ensino Fundamental, fazendo com que estas comecem aos 5 anos nesta modalidade formal de aprendizagem, mas as salas devem continuar disponíveis para a Educação Infantil, onde os recintos escolares podem ser ocupados apenas pelas crianças acolhidas no segmento educacional elementar (CASTRO; SÁ; CAMARGO, 2017).

É importante citar ainda que desde a regulamentação da Educação Infantil busca-se por meio de estratégias de políticas públicas a qualidade dos serviços prestados na primeira etapa da educação brasileira, considerando sua importância para o desenvolvimento integral da criança pequena, por isso, a preocupação de se elaborar o Plano Nacional de Educação, que estabelecia metas a serem cumpridas, visando a melhoria da educação, envolvendo todos os níveis de ensino, em especial, a Educação Infantil (MEDEIROS; NOGUEIRA; BARROSO, 2012).

De acordo com Vieira et al (2012) é importante frisar que um dos fatores que contribuem diretamente para qualidade da Educação Infantil é a prática docente, sendo um ponto importante que tem relação com as condições de trabalho oferecidas pelas instituições.

Sabe-se ainda que, ao avaliar a qualidade da Educação Infantil, deve-se fazê-la com base nas oportunidades que se oferece para a criança, para que possa se desenvolver de forma plena. É um erro pensar na Educação Infantil apenas como uma fase de preparação para o Ensino Fundamental, pois na verdade, é uma preparação para a vida. No entanto, no que diz respeito às políticas públicas, as estatísticas mostram de forma mais concreta, sua importância ao gerar oportunidades de ingresso futuro na vida escolar (CAMPOS et al 2011).

Na atualidade o processo educativo é construído por um binômio que transita entre cuidar e educar, onde o cuidar envolve os aspectos de saúde, higiene, zelo e atenção que as crianças necessitam. O educar tem a ver com os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais, aspectos que devem ser estimulados nos alunos na educação infantil. E ainda, o educar se encontra representado pelas atividades de movimento, expressão, arte, linguagem, brincadeiras, contato com a natureza e conhecimentos produzidos na construção histórica da humanidade, o que ajuda as crianças a criar e reinventar o mundo a sua volta.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de levantamento bibliográfico, com pesquisas feitas em livros, artigos e material eletrônico, com o intuito de buscar informações de vários autores e pesquisadores sobre o assunto aqui proposto.

A pesquisa bibliográfica é a base para todo trabalho científico, o que se resume na busca, seleção e organização de informações sobre determinadas temáticas, a fim de aprimorar o conhecimento sobre determinado assunto. Ocorre por meio de um trabalho de buscas através de metodologias específicas para pesquisa de informações. Dessa forma, a

partir do material recolhido é possível realizar um mapeamento que pode facilitar o trabalho do pesquisador através de informações de qualidade sobre um determinado assunto ou temática (SANTOS; MACUCH, 2015).

Marconi; Lakatos (2001, p. 44) corrobora citando que:

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Uma revisão de literatura ou revisão bibliográfica possui dois propósitos principais, a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada e também utilizar também o método exploratório.

A partir da pesquisa se faz uma análise, o que permite ao pesquisador a elaboração de escritos que favorecem a contextualização, problematização e a validação do quadro teórico, o que pode ser utilizado na investigação (GIL, 2008).

A pesquisa exploratória tem como proporcionar maior familiaridade com o problema, auxiliando a construção de hipóteses, o que torna seu planejamento flexível (GIL, 2012).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com Correa (2011) muitas transformações na estrutura da Educação Infantil ocorreram desde o surgimento das primeiras instituições voltadas para o atendimento dos mais carentes. As principais mudanças são resultado de reivindicações da população, na busca pela assistência e educação dos pequenos, o que foi ocorrendo em paralelo com a concepção de novos paradigmas educacionais, além de uma importante influência da pesquisa científica nesta área.

O desenho histórico da educação infantil sempre esteve marcado por uma dicotomia nas práticas sociais, assim como a sua implementação nos ambientes distintos aos da família, ou seja, a grande maioria das creches atendiam as crianças de famílias mais humildes, e os chamados jardins de infância, ou atualmente a pré-escola, eram frequentadas pelas crianças mais afortunadas. Já nesses casos, a educação era tida como um suporte para as famílias trabalhadoras, onde as crianças eram assistidas em questões pontuais como higiene e saúde, sem importância para a parte pedagógica (MEDEIROS et al, 2012).

Nas últimas décadas a história da educação do país foi um marco importante e significativo, marcando a transição para uma Educação Infantil diferente, sendo um período marcado por lutas democráticas a favor de uma educação, onde se tem como objetivo ofertar espaços e meios de ensino e um acolhimento especial, direcionado às crianças, além de ser um direito de todos (LUCAS; MACHADO, 2012).

Uma Educação Infantil de qualidade deve ter como base as políticas públicas, que busca em primeiro lugar, uma formação de profissionais de forma mais adequada, assim como a disposição de condições físicas, equipamentos e materiais educativos. Não é o bastante o Estado prover o acesso à escolarização na educação da infância, é necessário oferecer um atendimento adequado, apropriado e de qualidade, respeitando as especificidades e particularidades dessa faixa etária (KULHMANN, 2010).

Nesse âmbito, pode ser interessante definir melhor o que seja qualidade na educação, o que não pode ser interpretada como um serviço eficiente e rápido. É um conceito que pode ser definido e medido a partir de uma neutralidade e isenção de valores, sendo utilizado como opção e não como solução. Desde a década de 90, muito se tem questionado a respeito do conceito de qualidade, com base em estudos sobre a primeira infância, onde se demonstra que questões relativas à complexidade, pluralidade e subjetividade se apresentam como fatores que podem influenciar de forma direta a definição de qualidade no campo educacional voltado para a primeira infância (MOSS, 2002).

Infelizmente, em muitos lugares ainda está presente as desigualdades sociais históricas, onde se promove propostas de atendimento que contradizem os princípios da atual CF/88, que cita como dever do Estado uma educação pública gratuita e de qualidade para todas as crianças de até seis anos de idade. Dessa forma, a consolidação da concepção de Educação Infantil ainda pode se encontrar ameaçada, onde a redução de investimentos em educação pode levar a flexibilizações e retrocessos no que diz respeito a qualidade, além do conteúdo curricular, que muitas vezes se encontra fragilizado diante das conquistas recentes no âmbito da democratização da educação (ROSEMBERG, 2015).

4.1 Principais avanços e limitações das polícias públicas de educação básica

Não existem dúvidas em relação aos avanços alcançados da educação brasileira na atualidade, sobretudo, sobretudo se observarmos as reformas ocorridas a partir dos anos 90. No entanto, são muitos desafios que ainda seguem em aberto, sobretudo, para a concretização

de uma educação com qualidade e equidade para todos os brasileiros (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

A educação no Brasil é marcada por movimentos de luta por uma gestão mais justa, assim como a redemocratização do país e aos movimentos sociais reivindicatórios de participação. Em sua especificidade, esta luta também está vinculada a uma crítica ao excessivo centralismo administrativo, além de uma rigidez hierárquica de papéis nos sistemas de ensino, sem falar do superdimensionamento de estruturas centrais e intermediárias, o que acaba resultando no enfraquecimento da autonomia da escola como unidade da ponta do sistema (KEHLER; FERREIRA, 2010).

Essa luta vem sendo travada a anos e nos últimos 15 anos, o Brasil tem realizado significativas reformas e mudanças em todos os níveis de ensino, com avanços como a ampliação do acesso, redução das desigualdades sociais de acesso, permanência, com a elevação da quantidade de alunos que concluem seu ensino, ampliação do número de profissionais da educação e da escolarização dos mesmos, criação de um sistema de avaliação estruturado e tecnicamente sólido, e ainda, o desenvolvimento de mecanismos de descentralização da gestão. Pode-se incluir ainda, o aumento de políticas, programas, planos, leis, diretrizes e propostas de estratégias para melhorar a qualidade da educação nacional (ABREU, 2015).

Desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, percebe-se um avanço no atendimento à criança, que vai além de um caráter assistencialista, destacando o seu direito a uma educação de qualidade. Seguindo essa direção, assegura-se uma conquista democrática da igualdade de direitos em relação à Educação Infantil, concebendo-a como a primeira etapa da Educação Básica, onde se busca um desenvolvimento integral de “todas” as crianças, incluindo as com necessidades educacionais especiais, sendo assistida em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, o que complementa a ação da família e da comunidade (BRUNO; NOZU, 2019).

Ferreira; Oliveira (2009) pontua que talvez seja necessário repensar o projeto educacional, com uma nova visão de escola, o modelo de educação e as políticas educativas. Poder realizar uma análise sistêmica, a partir de um olhar em três direções: um olhar para além da escola, isto é, a partir do contexto em que está inserida, um outro olha a partir da educação em si mesma, como ela acontece e se constitui no Brasil, além de sua finalidade e quais têm sido seus alcances, e um outro olhar a partir e sobre o professor, que é esse sujeito, de fato e de direito, em suas funções, sua profissão, sua atuação, assim como sua constituição e valorização.

Cabe frisar ainda que, a gestão democrática, como exposto na LDB 9394/96, tem como pilar três processos: a descentralização, a participação e a autonomia, onde o último surge como articulador dos demais e, por isto mesmo, merece maior destaque. Pode-se dizer ainda que esse processo de conquista da autonomia, dentro da gestão escolar, foi e ainda é um dos maiores avanços da educação (ABREU, 2015).

Muito se fala em avanços e conquistas atuais, mas a fala de Hannoun (1998), mesmo que datada de tempos atrás, serve como uma referência importante para se pensar os avanços e crises na educação, como pode-se observar:

- 1) É preciso propor pensar no papel e na finalidade da educação formal, sobretudo, a partir de uma perspectiva que transcende a modernidade e a pós-modernidade, pois refere-se a natureza e especificidade ontológica da educação;
- 2) Compreender a vida como movimento entre ordem e desordem, nesse sentido, entre avanços e crises;
- 3) Possibilidade de pensar a educação a partir das relações entre seus sujeitos e entre os saberes que a compõe, além de ser um importante campo de conhecimento e saber científico, que a constitui enquanto filosofia;
- 4) Buscar se colocar no centro do seu fazer educativo, olhando o ser humanos como sujeito autônomo e capaz de tomar decisões e fazer escolhas, levando o aluno a agir com coragem e entusiasmo para recriar a humanidade;
- 5) Reconhecer que a educação não se faz sozinha, é preciso considerar os pressupostas instrumentais e fundamentais, assim como as contingências, demandas e insumos necessários, sejam eles materiais ou subjetivos;
- 6) Por último, buscar meios onde o educador, pesquisador, gestor ou qual seja a função que estiver exercendo, seja provocado a tomar decisões visando o fazer educativo.

Diante disso, a educação brasileira, assim como seu projeto educacional precisa ser repensado todos os dias, e o grande sujeito desse processo é o educador, pois a partir de sua finalidade, seu papel, criam-se experiências de sucesso, sempre caminhando para novos caminhos e soluções para a educação formal, sempre pensando no ser humano como único, como suas especificidades e necessidades (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

4.2 A importância das Políticas Públicas para a Educação Infantil

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, onde se estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da

socialização. As primeiras experiências da vida podem marcar profundamente a pessoa, e quando são positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade. A ciência voltada para o estudo da criança, nas últimas décadas, vem investigando como se processa o seu desenvolvimento, e muitos afirmam sua importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores, com possíveis e importantes intervenções a partir do nascimento (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Kramer et al. (2011) a partir desse novo contexto, a sociedade passou a exigir a melhoria na qualidade da educação, assim como a garantia de acesso à proteção e desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, tornando a Educação Infantil um tema de inúmeros debates.

Diante dessa perspectiva, mudaram-se inúmeras concepções com relação à infância, envolvendo uma nova concepção em relação ao desenvolvimento, a educação, ao papel do Estado e da sociedade e sua responsabilidade com a educação das crianças pequenas. Além disso, estimularam-se renovações nos paradigmas do setor público, contribuindo para elaboração de novas diretrizes de políticas públicas educacionais capazes de concretizar essas mudanças (LUCAS; MACHADO, 2012).

Rodrigues (2013) pontua que o objetivo de se analisar políticas públicas é o caminho para se entender o processo de elaboração e execução de projetos, programas e planos dos vários setores, avaliando assim, sua relação com os processos políticos e os vários questionamentos científicos existentes, e neste caso, voltado para a educação de crianças menores de 5 anos.

Foi na década de 80 que a sociedade despertou para a reivindicação de seus direitos, o que culminou a promulgação da Constituição Federal de 1988 e consequentemente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se estabeleceu, em todos os documentos, a Educação Infantil como direito da criança, dever do Estado, sendo a primeira etapa da educação básica (MEDEIROS et al 2012).

A Educação Infantil no Brasil e a sua oferta como importante fase da educação ainda é um desafio para a política pública nas diferentes esferas de governo, especialmente, quando se considera sua gratuidade e qualidade. É um direito que se encontra num âmbito social, onde o seu objeto não é simplesmente uma prestação individualizada, mas a realização de políticas públicas para todas as crianças. Em outros vários países, diferentes governos vêm se

ocupando em pensar e propor políticas públicas para a educação e cuidado das crianças de até 6 anos de idade (MORO, 2017).

Segundo Ferreira et al. (2014) o papel das políticas públicas é enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas, buscando promover e manter a qualidade na educação nas escolas de todo o país. Quando se fala em qualidade na educação, deve-se levar em conta também a estrutura física do local de ensino, assim como a organização escolar, além da metodologia e didática que possibilita o oferecimento de um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência.

Em suma, as políticas públicas educacionais devem centralizar seus esforços para a melhoria dessa qualidade no ensino, através de meios adequados para que as instituições possam exercer seu papel e autonomia pedagógica, através de uma gestão escolar segura, com o apoio do Estado e da sociedade como um todo (Schneider, s\d).

Tem-se muito a aprender no que diz respeito às políticas públicas da área da educação, envolvendo também a área social, que envolve todo o ciclo em sua extensão, desde o estabelecimento da agenda e da formulação das políticas até sua implementação e monitoramento. Entende-se assim, que as políticas públicas envolvem um conjunto de ações que o Poder Público realiza, buscando a efetividade no exercício do cumprimento de seu dever relativo aos direitos dos cidadãos, que especificamente, envolve o direito a educação das crianças de até 6 anos, através de equidade e qualidade (MORO, 2017).

Desde a sua regulamentação, a Educação Infantil busca por meio de estratégias de políticas públicas, promover qualidade nos serviços prestados na primeira etapa da educação brasileira, considerando sua importância para o futuro das crianças, envolvendo melhorias na educação em todos os sentidos, físicos, pedagógicos e sociais (MEDEIROS et al, 2012).

Vale salientar também que as políticas públicas devem ser formuladas e pensadas como forma de resposta a determinadas questões sociais, o que se desdobra em planos, programas, projetos, bases de dados, pesquisas ou sistemas de informação. Após sua implementação precisam ser submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, além de uma análise crítica, buscando articulação em relação aos seus objetivos e finalidades, possibilitando ainda, possíveis ajustes da política formulada (SOUZA, 2006).

Existem ainda inúmeros desafios a serem superados na educação no Brasil, que ainda limitam o trabalho das escolas, em especial os profissionais de educação, como os professores, que muitas vezes não conseguem trabalhar por falta de equipamentos e condições de ensino, além da deficiência na própria formação, o que mostra a importância e a

necessidade de participação de todos na elaboração de Políticas Públicas Educacionais (MORO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o intuito de implantar políticas públicas para a Educação Infantil, sempre ocorreram distorções e desequilíbrios, pela ausência de exigência que tais políticas sejam respeitadas, ou em momentos em que o Estado não se responsabilizava por esse atendimento, assim como as posturas ideológicas em relação à concepção de infância, que por muito tempo, davam a noção do que o atendimento à criança pequena precisava estar baseado em posturas assistencialistas e compensatórias.

Por muito tempo as políticas e leis implementadas tratavam a questão de forma bastante reducionista, seja no que se refere às concepções ou às alternativas práticas e organizacionais. A história da Educação Infantil no Brasil tem em sua marca o descaso e a intenção de dominar e submeter às classes subalternas, garantindo as formas de permanência da situação social vigente, promovendo a desigualdade, favorecendo assim, as elites políticas e econômicas.

No entanto, algumas grandes transformações foram acontecendo na Educação Infantil, influenciadas por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais do País, o que vem se tornando um desafio para a educação brasileira, em especial a educação na infância, o que ainda mostra muitos pontos a discutir, considerando o dinamismo do processo de educar.

Em sua trajetória e busca pela regularização da Educação Infantil muitos documentos foram criados a fim de promover a políticas públicas aplicadas à primeira etapa da educação básica. É um caminho que vem desde a Constituição Federal, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente até as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todos com um único objetivo, a promoção de mudanças significativas para a educação.

Porém, é importante saber que toda e qualquer transformação é um processo que depende de muitos fatores, e com a educação não é diferente. Entretanto, é de suma importância a implementação de políticas mais consistentes, que possam contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade da Educação Infantil, especialmente, na busca pelo processo de formação de profissionais, priorizando também a qualidade de ensino nessa fase da educação.

As grandes transformações ocorridas na educação infantil têm como influencia os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais do país. Assim, considerando a atual situação da educação brasileira, em especial a educação na infância, é possível dizer que existem muitos desafios propostos pelo processo de educar.

Um dos maiores desafios é buscar o comprometimento cada vez maior dos governos em relação às demandas reais de uma educação de qualidade, assim como políticas bem planejadas para a Educação Infantil, onde as crianças podem se desenvolver de forma adequada, e serem tratadas com a dignidade e respeito, contribuindo para que seus direitos sejam assegurados em todos os âmbitos.

Para isso é necessário o amadurecimento de propostas governamentais e de vigilância democrática no sentido de fazer valer os direitos fundamentais das crianças, onde se busca amadurecer o discurso para a busca da efetivação real, necessária e urgente das políticas educacionais de Educação Infantil.

O trabalho em si não apresentou limitações significativas, sendo um tema vasto e muito discutido, considerando que o Brasil vem escrevendo sua história através de mudanças e avanços importantes, o que fomenta a criação de material de discussão e debates, enriquecendo o estudo sobre o tema.

A partir desse estudo busca-se contribuir ainda mais para esse debate, através de diálogos de autores e instituições que prestam o serviço de pesquisar e contribuir para o aperfeiçoamento da educação a partir de novos olhares e vieses. Foi de suma importância pesquisar e ir escrevendo, narrando falas sobre as conquistas e até mesmo as dificuldades da educação, pois mesmo com impasses, se percebe como a educação evoluiu.

Dessa forma, a partir desse trabalho, pode-se dar continuidade a discussão do tema, que poderá ser realizado por profissionais da educação, alunos, pais ou quem mais se interessar pelo assunto, seja em sala de aulas, debates e outros estudos, pois a pesquisa não buscou encerrar o tema, mas instigar ainda mais os pesquisadores e estudiosos da área.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Educação Infantil no Brasil: legislação, matrículas, financiamento e desafios**. Brasília. DF: Câmara dos Deputados. 2015.

AZEVEDO, H. H. O.; SCHNETZLER, R. P. Necessidades Formativas de profissionais de educação infantil segundo trabalhos apresentados no GT 07 da ANPED no período de 1998-2001. **In: V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**, 2002, Águas de Lindóia. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação. Águas de Lindóia: Anped/Sudeste, 2002. v. 1. p. 1-9.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, Documento Preliminar, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, v.2, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Constituição Brasileira. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Edições Câmara, 2012.

BRUNO, M. M. G.; NOZU, W. C. S. Política de inclusão na educação infantil: avanços, limites e desafios. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 686-701, abr., 2019.

CAMPOS, M. M.; BHERING, E. B.; BHERING, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALL, R.; UNBEHAUM, S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011.

CASTRO, E. A.; SÁ, M. A.; CAMARGO, P. L. T. **Educação infantil e políticas educacionais**: do passado ao presente na busca do futuro. *Maringá*, v. 39, n. 2, p. 155-164, May-Aug, 2017.

CAVALCANTE, L. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas do rural. **Ensaio** (Fundação Cesgranrio. Impresso). Vol. 18, serie 68. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

CORREA, B. C. Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. **Jornal de políticas educacionais**. n° 9, janeiro-junho de 2011. pp. 20–29.

FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. **Crise da escola e políticas educativas** (Orga). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERREIRA, C. S. et al. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **In Revista Labor**. N° 11. Vol. 01. 2014.

FLORES, M. L.; PERONI, V. M. V. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: desafios à consolidação do direito no contexto emergente da nova filantropia**. Roteiro, Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 133-154, jan./abr. 2018

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. S.; COSTA FILHO, J. Historicidade da infância no Brasil. **El Futuro del Pasado**, n° 4, 2013, pp. 255-276.

HADDAD, L. **Substituir ou compartilhar?** O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 91-96.

HANNOUN, H. **Educação: certezas e apostas**. São Paulo: UNESP, 1998.

KEHLER, G. S.; FERREIRA, L. S. Políticas públicas e gestão democrática: apontamentos para pensar a educação no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.16 Jul./dez. 2010, pp. 117-134.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

KULHMANN, J. M. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.

LUCAS, M. A. O. F.; MACHADO, M. C. G. Percalços da Educação Infantil como direito da criança: análise da história e da legislação das décadas de 1980 e 1990. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 107-128, jan./jun. 2012

MACHADO, A. M. **Como e porque ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2005.

MARTINS, M. Z. **Políticas públicas para a educação infantil: da assistência social à rede municipal de ensino, no município de Ponta Grossa – PR.** Universidade Tuiuti do Paraná Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2010.

MEDEIROS, A. F.; NOGUEIRA, E. M. L.; BARROSO, F. C. S. Desatando os nós das políticas de educação infantil no Brasil. **Espaço do currículo**, v.5, n.1, pp.287-293, Junho a Dezembro de 2012.

MORGAN, D. A. R., SILVA, J. G., KNACKFUSS, M. I., MEDEIROS, H. J. As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira. **Construção Psicopedagógica**; v22 n23: 51-58, 2014.

MORO, C. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.3, n.1, jan.-abr. 2017.

MOSS, P. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-26.

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos** (7a ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2011.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009

RODRIGUES, V. B. Políticas públicas na educação brasileira: caminhos percorridos desde o império até o governo lula. **Sociais e humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 01, jan/abr 2013, p. 09-24.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2003.

ROSEMBERG, F. Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do INEP e do IBGE: sugestões e subsídios para uma maior e mais eficiente divulgação dos dados. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Escritos de Fúlvia Rosemberg.** São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, J. B. dos. **O Fundeb e a educação infantil.** Curitiba: Appris, 2015.

SANTOS, A. P. F. dos; MACUCH, R. da S. **O levantamento bibliográfico possibilitando a compreensão conceitual e a aprendizagem sobre a pesquisa científica.** Anais Eletrônico IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar Nov. 2015, n. 9, p. 4-8 ISBN 978-85-8084-996-7 IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar, Maringá – Paraná – Brasil, 2015.

SCHNEIDER, M. J. e col. A importância das políticas públicas educacionais na região do Pampa. **In anais do VII Salão do Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Universidade Federal do Pampa. s/d

SILVA, V. G.; PERES, R. G. Educação integral como política pública: marco legal, planejamento e gestão. **Revista Eletrônica PESQUISEDUCA**. Santos, v. 04, n. 08, p.259-278, jul./dez. 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p.20-45, jul./dez., 2006.

SUSIN, M. O. A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas. 2009. **Tese** (Doutorado em Educação)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TEBET, G. G. de C.; ABRAMOWICZ, A. Creches, educação infantil e políticas públicas municipais: um olhar sobre a cidade de São Carlos – Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n.2, p.25-39, 2010 – ISSN: 1982-3207, 2010.

TIRIBA, L. **Educar e cuidar**: buscando a teoria para compreender discursos e práticas. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

VIEIRA, L. M. F.; DUARTE, A. M. C.; PINTO, M. DE F. N. O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil. Tradução. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.